



ORDEM DOS ARQUITECTOS DE CABO VERDE

Telefone: 262 22 77 / Fax: 262 38 88
C.P. 345-C Achada de Santo António
Praia, Cabo Verde

Conselho Directivo Nacional

CIRCULAR – 08 de Novembro de 2017

Assunto: Informações aos membros

Prezado(a) Arquitecto(a),

A Ordem dos Arquitectos de Cabo Verde (OAC) realizou no passado dia 29 de Outubro de 2017 a eleição dos novos corpos sociais, para o mandato 2017/2020, pelo que foi meritório o envolvimento e o contributo de todos na afirmação, uma vez mais, da Ordem dos Arquitectos na sociedade cabo-verdiana.

Destarte, ciente da elevada responsabilidade e da necessidade de valorizar os princípios e a convicção numa administração assente na ética profissional, bem como numa transição pacífica e democrática, continuamos a acreditar que vale a pena que todos os arquitectos se envolvam mais nas questões da OAC.

A OAC disponibilizou apoio incondicional ao processo eleitoral, visando responder às necessidades da comissão eleitoral e aos seus eventuais candidatos, agindo sempre com rigor e isenção contra todas as circunstâncias de manifesta violação dos estatutos da OAC que pudessem pôr em risco o bom andamento dos trabalhos em curso.

Conhecemos outras motivações, nomeadamente, de legítimos opositores que não puderam apresentar uma única proposta construtiva a nenhum dos órgãos, limitando a sua actuação ao envio de e-mails, recusando-se a participar nas assembleias gerais, reuniões do CDN abertas a todos os membros (conforme sugerimos e mantivemos desde a nossa entrada na Ordem). Os mesmos que nas últimas semanas nos têm apresentado com conferências de imprensa onde tentam veicular a ideia de que houve irregularidades no processo eleitoral.

Devem ser esclarecidas algumas questões em prol da união da classe profissional dos arquitectos e ficar assente que os Estatutos da OAC existem e não podem ser rasgados.

Porque a OAC existe há quase duas décadas (criada pelo Decreto-Lei nº 60/99, de 11 de Outubro), revela-se inaceitável o desmesurado retrocesso que se pretendeu concretizar com a reunião denominada “assembleia geral”, alegadamente convocada nos termos do nº1, do artigo 39º dos Estatutos da OAC, tendo como pontos da Ordem do Dia, a:

1. Eleição de uma **Mesa ad-hoc** para a condução dos trabalhos;
2. Confirmação do **fim de mandato dos actuais Corpos Gerentes**, eleito em 2 de Junho de 2013;
3. Marcação da **data para eleição dos novos Corpos Gerentes da OAC** para o triénio 2017-2020;
4. Eleição de uma **Mesa Geral Provisória** com um mandato assim referenciado:
 - 4.1 - Elaboração de um Regulamento Eleitoral para as próximas Eleições dos Corpos Gerentes;
 - 4.2 - Definição dos termos e condições dos debates entre os eventuais candidatos a Bastonário da OAC;



4.3 - Dirigir e coordenar todo o Processo Eleitoral para Eleições dos novos Corpos Gerentes da OAC;

4.4 - Assegurar a Gestão Corrente da OAC até à posse da nova Direcção Eleita.

Para infelicidade de muitos, que aguardavam expectantes que os “valentes” promotores da reunião, Arq. Cipriano Fernandes, Arq. Frederico Hopffer Almada, Arq. Aureliano Ramos, mobilizassem a todos e intimidassem a actual direcção da OAC, fizemos questão de estar presentes na reunião que os mais incautos pensavam restrita aos subscritores da petição e tivemos a oportunidade de esclarecer aos convidados o porquê da nossa presença, uma vez que “anfitriões”, o Arq. Cipriano Fernandes, Arq. Frederico Hopffer Almada, Arq. Aureliano Ramos, entre outros - não foram suficientemente “corajosos” para um confronto frente-a-frente.

A reunião de arquitectos denominada “assembleia geral”, realizada no Hotel Santiago, no passado dia 13 de Setembro, com o fito de decidir sobre pontos constantes da ordem do dia, *supra* referidos, não logrou os seus intentos sobretudo porque o tão propalado “*virar de páginas na nossa OAC e para que se faça história*” – segundo o Arq. Aureliano Ramos – traduziu-se num grande fracasso, a começar pela falta de “valentia” – saliente-se, valentia visível apenas nos e-mails enviados dos promotores da AG “*ad-hoc*”/reunião – Arq. Cipriano Fernandes, Arq. Frederico Hopffer Almada, Arq. Aureliano Ramos –, que exaltados e desmoteados, sem conseguir responder aos esclarecimentos sobre a legalidade da reunião que promoveram e como “exímios democratas” que são, revestidos de “boa educação”, por fim, abandonaram a sala e deixaram os seus convidados.

Todo este cenário é próprio de quem não tem, ainda, a cultura da democracia, da tolerância, do respeito pela diferença, os promotores, julgando-se acima da lei, não tiveram sequer o cuidado de ter na sua posse o Estatuto e Regulamento Eleitoral da OAC.

Tinham em vista um “*golpe de estado*”, conforme o colega Frederico Hopffer Almada teve a infelicidade de assumir, em alto e bom som para quem quisesse ouvir, e foi motivo de uma gargalhada quase colectiva, mas, na realidade, carente de humor.

Com o orgulho ferido, o colega Aureliano Ramos lembrou a todos que foi um dos fundadores da OAC e, destemidamente solicitou ao CDN que permitisse a todos os membros inscritos exercer o seu direito de voto, nas próximas eleições. Naturalmente, um pedido como este nunca poderia proceder, porque não vislumbra outra alternativa que não o estrito cumprimento dos Estatutos da OAC (cfr. artigos 16º, nº1, al. a), 17º, nº 1, al. d), 19º e 88º, nº1).

Por fim, embora na ausência dos seus promotores a reunião continuou e tivemos de ser nós a prestar os esclarecimentos que se impunham, mediante a leitura e transcrições do Estatuto e do Regulamento Eleitoral, nomeadamente:

- a) Que qualquer Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, é convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral. Ficando, assim, demonstrado, e reconhecido pelos participantes, a ilegalidade da AG “*ad-hoc*”/reunião, por ser flagrante a violação do disposto na al. a) do artigo 37º do Estatutos da OAC;
- b) Que uma Assembleia Geral Extraordinária pode reunir-se sempre que a iniciativa, para a sua convocação, parta de 1/5 (um quinto) dos seus membros efectivos em pleno gozo dos seus direitos (nº1, do artigo 39º *in fine* dos Estatutos da OAC). Tendo, portanto, ficado patente que a AG “*ad-hoc*”/reunião não satisfazia esse requisito;



- c) Sobre o eventual exercício ilegal de funções e a destituição dos corpos sociais, democraticamente eleitos, alegadamente por estarem em situação ilegal, temos que o nº 1, do artigo 12º do Regulamento Eleitoral, sob epígrafe *Obrigatoriedade de exercício de funções*, estabelece que os eleitos para os órgãos da ordem exercerão as suas funções até a tomada de posse dos novos titulares eleitos, sob pena de responsabilidade disciplinar;
- d) Sobre a “isenção de quotas” vs “senha de presença” para a participação dos membros nas reuniões do CDN. Embora este assunto já tenha sido, anteriormente, esclarecido, vimo-nos forçados, uma vez mais a fazê-lo, dizendo que a medida visava incentivar a participação dos membros do CDN nas reuniões. Ou melhor, a CDN (os colaboradores mais assíduos) decidiu criar uma “senha de presença” de presença pela participação nas reuniões mensais do CDN, cujo valor seria 3.000\$ (utilizando o valor da quota mensal como critério/bitola). Essa é a verdade dos factos e a real motivação, tudo resto são manobras de desinformação;
- e) Que uma Assembleia Geral da OAC deve ser marcada com a antecedência mínima de 15 dias, por meio de aviso difundido por correio electrónico, no sítio da internet da OAC e num dos jornais de maior circulação nacional (artigo 40º dos Estatutos da OAC);

Cumpra, igualmente, esclarecer o seguinte:

- a) A anterior gestão do colega Cipriano Fernandes nunca fez uma acta da reuniões do CDN; Nessa altura o Conselho de Admissão nunca funcionou (em nenhum dos processos de admissão anterior à nossa entrada é possível encontrar-se qualquer informação, nem do CA nem do CDN);
- b) O Arq. Cipriano Fernandes intentou um processo judicial para a destituição dos corpos sociais, o qual, naturalmente, foi declarado improcedente pelo Tribunal.
- c) Tivemos conhecimento do pedido da “candidatura” do colega Cipriano Fernandes no sentido da OAC conceder um apoio financeiro às candidaturas, para o contacto com os membros nas diferentes regiões, no valor de 60.000\$00.

A OAC hoje é uma instituição respeitada, os arquitectos são cada vez mais valorizados entre muros e internacionalmente.

É uma Ordem onde todos devem ter a coragem de promover algo de positivo, que possa servir de referência para a classe, em especial para os novos membros.

Todavia, muitos têm preferido, lamentavelmente, se escudar atrás de e-mails com conteúdos intimidatórios, ultrajantes e infantis, nos quais tudo e todos, indiscriminadamente, são atacados e, ultimamente, em conferências de imprensa, que cumprem o propósito único de desunir e desmotivar a classe.

Uma Ordem Profissional credível e promotora da classe e da profissão dos Arquitectos cabo-verdianos será uma realidade quando forem cumpridas as regras constantes dos Estatutos da OAC, aprovados pelo Decreto-Lei nº43/2009, de 9 de Novembro.

Enquanto Bastonário, eu e a minha equipa, optámos sempre por preservar o bom nome desta instituição. Tivemos conhecimento de cerca de 120 e-mails do Arq. Cipriano Fernandes (de 2011 a 2017), que em nada dignificam a classe, mas, no entanto, este colega nunca apresentou nas



assembleias gerais uma única contestação, uma proposta construtiva ou votou contra a adopção de alguma medida.

São dignos de nota os seguintes factos:

- a) Em Março de 2016, foi convocada uma Assembleia Geral (dia 25, posteriormente adiado para o dia 31) com o propósito de aprovar o Relatório de Actividades 2015, o Plano de Actividades 2016, o Orçamento 2016 e preparar as eleições, por forma a permitir que os membros se mobilizassem no sentido de criar uma comissão eleitoral de apoio à Assembleia Geral (feito alcançado apenas no nosso mandato), a qual, entretanto, teve de ser adiada pelo então Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o colega Frederico, por motivo do falecimento da mãe, cujo funeral realizou-se, no dia 29 de Março de 2016, na Assomada;
- b) Posteriormente, foi convocada e realizada uma Assembleia Geral no dia 11 de Maio de 2016; Tendo nessa Assembleia Geral sido sugeridas pelos presentes três alternativas: i) antes das eleições autárquicas; ii) depois das eleições autárquicas; e, iii) depois de todas as eleições. Não havendo consenso em relação às três datas apresentadas, ficou o Bastonário incumbido de marcar as eleições numa data que fosse mais conveniente.
- c) Seguidamente, foi convocada e realizada nova Assembleia Geral no dia 10 de Fevereiro de 2017; Tendo nessa Assembleia Geral sido tomada a decisão de criar uma comissão eleitoral para apoiar a Mesa da AG (constituída pelos colegas Francisco Duarte, Eduardo Cunha e Indira Silva).
- d) Ao longo destes anos, pudemos demonstrar que não nos deixamos intimidar pela gritaria silenciosa dos e-mails e tão pouco pensamos pela cabeça dos outros. Ponderada, as datas, enquanto Bastonário partilhei com algumas pessoas que merecem o devido crédito e, passado o período de férias e das eleições, optamos por marcar as eleições na OAC para Outubro, ou seja, 5 meses após a data que deveria ter sido realizada.
- e) No entanto, apesar do colega Cipriano ter apelado sucessivamente pela marcação de eleições, o colega Frederico Hopffer Almada por duas vezes errou, publicando o Caderno Eleitoral fora do prazo, ao que o Cipriano veio a reclamar e que, eu, na qualidade de Bastonário e garante da legalidade, optei por anular o processo eleitoral.
- f) Por fim, no processo eleitoral seguinte, o colega Frederico, simplesmente, não se deu ao trabalho de organizar, por desaforo, falta de educação e respeito pelos colegas (alguns a quem deve e não paga) e à instituição que pertence;
- g) O colega Frederico Hopffer Almada, em 8 de Novembro de 2016, renunciou, livremente, ao cargo de Presidente da Mesa de Assembleia Geral da OAC, pelo que a prática de quaisquer actos arrogando a qualidade de Presidente da Mesa de Assembleia Geral da OAC consubstancia um crime de usurpação de poder p.p artigos 357.º, nº1 do CP.
- h) Que apesar de se aventar que durante a nossa gestão incorremos em gastos elevados, a verdade é que a OAC dispõe de exactamente 9.315.584, sendo 8.122.333\$ a prazo e 1.193.251\$ a ordem, apesar dos prejuízos que tivemos que liquidar deixados pelo antecessor Cipriano Fernandes, com dívidas no valor total de aproximadamente 3.100.000\$, referentes ao PNA 2017 (cuja notificação do tribunal para conciliação, coincidentemente, foi recebida hoje, apesar do CDN da OAC ter liquidado a dívida em 2012), custas com o tribunal em processos



judiciais perdidos, indemnização a dois arquitetos formados na Universidade Jean Piaget, no valor de 2.000.000\$00. Só foram desembolsados o valor de 1.200.000\$00 e convertidos 400.000\$00 em pagamento de quotas antecipadas, decorrente da negociação havida entre a OAC e os arquitetos beneficiários. Em suma, mesmo assumidos os significativos encargos da anterior gestão, o montante que deixamos na OAC é de, aproximadamente, o dobro do valor.

Lembramos, ainda, que durante a nossa gestão, o Conselho de Disciplina instruiu alguns processos contra os arquitectos que comprovadamente vendiam os seus nomes e as suas assinaturas, marco único na história da OAC. Esta situação já era do conhecimento do colega Cipriano, que durante a sua gestão, preferiu não combater, embora a criticasse fervorosamente.

Por fim, se hoje temos 239 membros na OAC, um rácio de 2200 arquitectos por habitante, o melhor a nível de África, é graças à nossa equipa que destemidamente fez frente às incongruentes medidas do arquitecto Cipriano Fernandes, que durante vários anos impediu que os arquitectos formados em Cabo Verde exercessem a sua profissão.

O Bastonário e Presidente do Conselho Directivo Nacional



César Freitas